

GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS: A ESPECIFICIDADE DO DICIONÁRIO REGIONALISTA¹

Verli Petri

UFSM – Laboratório Corpus

RESUMO: *Este artigo aborda as noções de gramatização e de instrumentos linguísticos em perspectiva discursiva, estabelecendo relações com os pressupostos da História das Ideias Linguísticas. Apresenta algumas reflexões acerca da constituição e do funcionamento do dicionário regionalista gaúcho neste início do século XXI, revelando especificidades e questionando o estatuto atribuído a determinados instrumentos linguísticos.*

ABSTRACT: *This article approaches the notions of grammatisation and language tools in a discursive perspective related with the assumptions of the History of Linguistic Ideas. It presents some reflections on the formation and operation of the gaúcho regionalist dictionary in the beginning of this century, revealing its peculiarities and questioning the status given to certain language tools.*

“Sorriso, diz-me aqui o dicionário, é o acto de sorrir. E sorrir é rir sem fazer ruído e executando contracção muscular da boca e dos olhos”. O sorriso, meus amigos, é muito mais do que estas pobres definições, e eu pasmo ao imaginar o autor do dicionário no acto de escrever o seu verbete, assim a frio, como se nunca tivesse sorrido na vida. Por aqui se vê até que ponto o que as pessoas fazem pode diferir do que dizem.

José Saramago

Para introduzir as questões

Dentre as questões de pesquisa que hoje me habitam, elencarei, neste artigo, pelo menos duas delas com o propósito de desconstruir evidências já postas bem como explicitar os processos de produção de sentidos que as naturalizam para o sujeito. A primeira questão diz respeito às relações entre as noções de gramatização e de instrumentos linguísticos, normalmente tomadas como decorrentes uma da outra; e a segunda questão, ligada à primeira, diz respeito ao funcionamento do dicionário como instrumento linguístico colado à gramática, também instrumento linguístico, ambos considerados essenciais ao processo de gramatização de uma língua (Auroux, 1992).

Para falar de gramatização e de instrumentos linguísticos, tomamos como ponto de partida os trabalhos de Sylvain Auroux. Entretanto, quando se trata das análises por nós empreendidas em relação ao nosso objeto, qual seja, a especificidade do discurso dicionarístico regionalista no contexto brasileiro, apontamos algumas particularidades na constituição do processo da gramatização, processo este que pode apresentar diferentes faces em línguas diversas, sob diferentes condições de produção, promovendo também um outro tipo de relação entre a gramática e o dicionário no interior do processo de gramatização linguística.

Minha proposta, então, é a de refletir sobre a noção de gramatização e sobre a constituição dos instrumentos linguísticos, a fim de abordar a constituição do dicionário regionalista enquanto objeto discursivo. Busco, com minha reflexão, tomar uma posição de pesquisadora que estuda a Análise de Discurso prioritariamente e que percebe a relevância de saber mais da História das Ideias Linguísticas para melhor compreender o discurso e seu funcionamento, tomando “o objeto da análise de discurso como um só. Nem novo nem velho” (Orlandi, 2011, p.54).

Penso que refletir sobre a noção de gramatização e, consequentemente, sobre as noções que dela advêm promove o estabelecimento de relações entre a filosofia, a linguística e a história, bem como estreita as relações entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas na produção do conhecimento. Este é o caminho que encontro para dar andamento às minhas reflexões, pois concordo com Horta Nunes (2008, p.110) quando ele afirma que “a AD se constitui como um modo de leitura, sustentado por um dispositivo teórico e analítico, que considera a historicidade dos sujeitos e dos sentidos, ela traz uma contribuição considerável para o estudo da história das ideias linguísticas”.

A discussão que propomos tangencia, sobretudo, o estabelecimento de relações entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, porque me situo neste entremeio para começar a pensar na noção que nos move aqui: a de gramatização. Afinal, o que é e o que não é

gramatização de uma língua? A produção de instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas) trabalha para que o processo de gramatização se efetive, mas será que isso ocorre sempre e sob quaisquer condições de produção?

Em meu entendimento questionar, ir e vir sobre a teoria e sobre o objeto de análise tem muito a ver com os princípios que regem a Análise de Discurso pechetiana e, por isso, proponho questões sobre o funcionamento da noção de gramatização e sua relação com a produção dicionarística mais específica, no caso deste trabalho: a regionalista gaúcha. Trata-se de investigar também como se dá a tomada de posição do sujeito que produz um dicionário regional com o objetivo de instrumentalizar a leitura de textos literários regionalmente produzidos. É esta tomada de posição, e não outra, que faz uma escolha em detrimento de tantas outras possíveis, já que o político está funcionando no discurso, o que significa dizer que “os sentidos e os sujeitos são divididos e têm uma direção” (Orlandi, 2011, p.53). A significação do político não pode ser negada, pois nos leva a entender cada vez mais os modos como o sujeito se relaciona com a ideologia.

Estamos falando de dicionário, sem dúvida; estamos falando de instrumento linguístico; mas será que estamos sempre, necessariamente, falando de gramatização? Esta é a minha questão. Refletir sobre isso significa propor um deslocamento sobre a questão teórica mesmo, que aponta dicionários e gramáticas como responsáveis pela gramatização das línguas em geral. Significa também mostrar que, no Brasil, naquilo que quero refletir temos peculiaridades linguísticas que extrapolam o espaço delimitado da gramatização, o que pode dar um outro estatuto ao dicionário, podendo ainda alterar a direção das leituras que temos desenvolvido sobre as relações entre dicionário e gramática de uma mesma língua.

É preciso salientar, aqui, que estou propondo algo a mais, sem negar o que já foi dito antes. Estou especificamente ligada à produção dicionarística regionalista gaúcha no Rio Grande do Sul, interior do Brasil, acreditando, como salienta Auroux (2008, p.51), que os colegas cientistas constroem “representações teóricas suscetíveis de serem corroboradas/invalidadas por dados empíricos. Algumas são melhores do que outras; **todas são necessariamente parciais**”.

A gramatização e a produção de instrumentos linguísticos

Quando pensamos em um fio do discurso ou mesmo em interdiscurso, já não podemos aceitar a existência de um “precursor genial qualquer” que estaria na fundação de uma ciência (ou de um processo de gramatização de uma língua, por exemplo). Essa fundação (se for toma-

da como científica ou não) advém de um trabalho muito maior que um só sujeito. Um homem (empiricamente falando), ainda que dedicasse toda sua vida ao estudo de um objeto dado, não conseguiria... É tudo o que vem antes que trabalha para que a produção do conhecimento se efetive; é todo o tipo de interlocução que ressoa no discurso como uma memória que não cessa de se reorganizar; e mais, é tudo o que vem depois e passa a reconfigurar os já-ditos, deslocando sentidos já postos e agregando a eles outros sentidos ainda na ordem do devir. De fato, isso tudo incide no modo como pensamos o processo de gramatização de uma língua, bem como incide nos modos de produção da ciência, tal como a concebemos hoje, seja em Linguística, em Análise de Discurso ou em História das Ideias Linguísticas.

Seguindo a esteira de Auroux, temos que a gramatização das línguas tem efeito semelhante à Revolução Industrial para o mundo ocidental, sobretudo no tocante à tecnologização. Ambas têm o seu estatuto garantido. Aliás, depois da invenção da escrita, tal como a concebemos ainda hoje, a gramatização das línguas foi o grande acontecimento. É impossível falar de gramatização a partir de Auroux sem mencionar a sua definição, qual seja: “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar*”³ uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (1992, p.65). Trazer esta definição é tributar a Auroux o mérito de nos possibilitar pensar no processo de gramatização de uma língua, mas é também começar a estabelecer as relações deste processo com as línguas minoritárias, bem como com as manifestações linguístico-culturais regionalistas. No âmbito destas manifestações nos deparamos com a dita língua falada no sul do Brasil que optamos por tratar como linguagem gauchesca levando em conta estudos realizados anteriormente⁴, conforme segue: o **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul** (1984) traz entre seus verbetes “linguagem gauchesca” e “poesia gauchesca”,

nos quais é possível observar o funcionamento da noção de língua em suas relações com as formas de identificação do sujeito gaúcho com a língua que acredita ser “sua” e o território que acredita ser “seu”. Tais verbetes nos conduzem a refletir também sobre as relações entre língua e literatura; tendo em vista que o dicionário revela o movimento de idas e vindas entre uma e outra, apoiando-se essencialmente na produção literária, seja para tentar conter os processos de produção de sentidos, seja para instrumentalizar um leitor ainda jovem ou que desconheça a língua (gem) regionalista (PETRI, 2010, p.30).

Eis o recorte dos verbetes que constam do referido dicionário:

LINGUAGEM GAUCHESCA, s. Português falado pelos gaúchos da zona pastoril do Rio Grande do Sul, ao qual se agregaram elementos uruguaios, argentinos, paraguaios, guaranis, tupis, quíchuas, araucanos, áfricos e de várias procedências. (*V. Poesia Gauchesca*) (*Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, p.266).

POESIA GAUCHESCA, s. Modo de expressão literária peculiar aos poetas nativistas do Rio Grande do Sul. Esta denominação abrange todas as formas de poesia, as quais, no entanto, no trato de temas rio-grandenses, adquirem características especiais. É, também, chamada “poesia gaúcha”, “poesia nativista do Rio Grande do Sul” e “poesia crioula”. (*Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, p.381)

Antes de adentrar na discussão específica dos objetos discursivos que estudo, quero refletir mais sobre a noção de gramatização e seu funcionamento. O descrever e instrumentar uma língua me parece ser um processo contínuo que certamente teve um início, um lugar de fundação, mas que dificilmente terá um final, um término, pois estamos sempre nos deparando com novos fatos de língua a descrever e novas tecnologias que podem instrumentar esta língua. No entanto, quando pensamos em termos de normatização, deparamo-nos com o efeito de completude que estas duas tecnologias - a gramática e o dicionário - produzem, um efeito necessário para a constituição identitária de uma nação, muito embora já dessacralizado pelos diferentes modos de funcionamento que assumem no interior de diferentes grupos sociais.

Na verdade, estou pensando que existe um lugar, inegável, instituído para o funcionamento da gramática e do dicionário: é na escola e em tudo o que dela decorre, afinal, é desse lugar que aprendemos “o bom uso da língua”, a importância da gramática e o papel do dicionário em nossas vidas. Aprendemos a respeitar o funcionamento regulador da gramática e o funcionamento compilador do dicionário, mas desde muito cedo nos deparamos com a impossibilidade de conhecer a gramática em sua totalidade e de conter os sentidos sobre as palavras que utilizamos. Trata-se de um efeito de sentido já estabilizado e dele decorre a ilusão de unidade de língua e de nação.

A epígrafe deste artigo traz o exemplo da definição de sorriso, uma definição que não pode ser contida no espaço do dicionário, porque dele escapa, porque ela é mais, ela está viva. Aí, instala-se a crise, a profanação dos referidos instrumentos linguísticos, pois se antes, na escola,

tínhamos nestes instrumentos uma aura divina, agora temos a tentação de cometer pequenos delitos, de transgredir a norma, de admitir sentidos outros, de explicitar a possibilidade de resistência do sujeito, pois a língua que falamos já não cabe ali, o que se fala escapa, flui e nos afasta do ideal de língua preconizado pela gramática e pelo dicionário. Parece-me que aí se instala também a questão do preconceito linguístico, resultante de uma série de fatores, mas também resultante deste distanciamento entre o que está na gramática e no dicionário e o falar cotidiano. Conforme salienta Mariani (2008, p. 34), “essa língua nacional, ensinada na escola, preconizada como correta, pouco ou quase nada tem a ver com o modo como muitos e muitos brasileiros falam a língua”.

É nesse espaço que se instala a problemática das minorias linguísticas e onde incluímos a dos falares regionais: é a mesma língua, mas é diferente. De onde é este sujeito? Por que fala assim... tão diferente? A gramática é a mesma? E as palavras? E os sentidos? A gramática é a da língua portuguesa, é ainda a da língua portuguesa do Brasil, mas é possível que as palavras não sejam sempre as mesmas, que os sentidos sejam outros, pois os sujeitos são outros, têm uma história e se relacionam de modo particular com a ideologia. Então, é possível produzir dicionários diferentes dos que representam uma unidade de língua? Como fica a questão da associação da gramática e do dicionário aos processos de gramatização das línguas... ou mesmo a associação de um dicionário regionalista a uma gramática?

Esta é uma inquietude minha: se o dicionário é um dos pilares da gramatização de uma língua, como poderemos tomar os dicionários regionalistas? Temos dicionários regionalistas do e no Rio Grande do Sul, no entanto eles se relacionam com uma gramática da língua portuguesa do Brasil que é oficial, nacional. Não se trata de gramatização? Como poderíamos tratar este processo que não cessa de se transformar? Estas são questões que movem um pouco, hoje, minhas pesquisas.

Para além da gramatização, a dicionarização

Importa lembrar ainda que, para Auroux (1992), a gramatização das línguas também cumpre um papel de manutenção e preservação, tendo em vista que as línguas orais acabam se perdendo na ausência de instrumentos linguísticos que assegurariam sua patrimonialização. Para o autor, “a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade”, e, com isso, “as línguas, pouco ou menos ‘não-instrumentalizadas’, foram por isso mesmo mais expostas ao que convém chamar *lingüicídio*⁵, quer seja ele voluntário ou não” (p.70). Talvez, aqui haja um nicho para refletirmos como se dá esse processo para além da gramatização, pensando no pro-

cesso de dicionarização de uma linguagem regional que revela nuances importantes da língua falada no Brasil, mas que não é uma outra língua a ser gramatizada com base nos instrumentos linguísticos, tal como nos propõe Auroux.

Na verdade, penso na possibilidade de se desvincular um pouco o processo de dicionarização do processo de gramatização da língua (como vem sendo tratado), talvez assim possamos compreender também outras formas de instrumentação da língua que não surgem prioritariamente com o objetivo de gramatizar. Na verdade, gramática e dicionário são historicamente reconhecíveis como fundadores do processo de instrumentação das línguas, mas como nos determos apenas neles com tantas tecnologias ao nosso dispor? Penso que tratar de instrumentos linguísticos, hoje, é trazer à baila uma série de objetos que funcionam no interior do processo de instrumentação da língua, tais como: livros didáticos, dicionários de especialidades e ou de regionalismos, sites da internet, Museu da Língua Portuguesa, diferentes materiais publicitários, etc. Penso, ainda, que, a partir gramatização de uma língua, promove-se a instrumentalização desta língua e ela tem papel fundamental na constituição identitária e linguística de uma nação, tornando possível, por exemplo, o ensino e o aprendizado desta língua. Nesta esteira, podemos pensar que instrumentalizar uma língua, atualmente, é bem mais do que pensar em dicionários e gramáticas, temos uma série de outras materialidades que cumprem este papel. E é desta perspectiva que falo de um dicionário regionalista gaúcho em suas diferenças com os dicionários nacionais e em suas relações associativas (e constitutivas) com a gramática da língua portuguesa, da língua portuguesa do Brasil.

Tomar o dicionário regionalista para análise é dar a ele o estatuto de objeto discursivo, e isso implica, conforme Nunes (2006, p.43), “em concebê-lo como uma alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, de educação e de divulgação de conhecimentos linguísticos”. O dicionário acaba estabelecendo relações entre os sujeitos e o saber, via a discursividade que lhe é constitutiva. E esta relação é observável também no tocante ao dicionário de regionalismos que estamos estudando. Certamente, faz-se necessário levar em conta o funcionamento do dicionário, pois através dele é possível compreender “um pouco como a linguagem funciona em nós e como são praticadas as políticas da língua. Os sentidos nunca estão soltos, desligados e circulando livremente. Eles se produzem em certas condições, têm relação com a memória discursiva, relacionam-se com outros” (Orlandi, 2009, p.109).

O dicionário regionalista: algumas implicações

O instrumento linguístico ao qual fazemos referência é o **Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul**, de Rui Cardoso Nunes e Zeno Cardoso Nunes, dois irmãos que pesquisavam elementos linguístico-culturais fundantes do espaço de tradições gaúchas por pelo menos duas décadas e que publicaram seu trabalho nos anos 80 do século XX. Já produzimos algumas análises sobre a obra, tanto sobre o prefácio quanto sobre os verbetes (cf. Petri, 2011; 2010; 2009; 2008). A designação gaúcho, por exemplo, interessa-nos em especial porque é, historicamente, marcada por uma atmosfera de contradição bastante interessante e capaz de produzir diferentes efeitos de sentido, tanto no discurso mitológico, quanto no discurso histórico, bem como no discurso literário, o que aparece explicitamente no dicionário regionalista. A oscilação principia mitológica e historicamente entre o mau gaúcho e o bom gaúcho; o gaúcho platino e o gaúcho brasileiro; o gaúcho do campo e o gaúcho da cidade; passando a designação a ser incorporada pelo discurso literário que chega às denominações de: “o gaúcho de a cavalo”, associado à imagem do centauro; e o “gaúcho de a pé”, associado ao sem-terra da segunda metade do século XX, no Rio Grande do Sul. A oscilação ocorre, portanto, entre a concepção favorável e a concepção pejorativa, faces reveladoras das contradições, das semelhanças e das dessemelhanças presentes em diferentes discursos que constituem o discurso “sobre” o gaúcho (Petri, 2004).

O que quero salientar aqui é que, no caso específico de um dicionário de regionalismos, encontramos o “levantamento” do que é próprio do popular, do domínio de um falante do “interior” de um estado brasileiro. Trata-se de um lugar onde estão formalizados os sentidos correntes mobilizados pelos falantes daquela região, remetendo-nos a uma outra época, ao “imaginário de passado glorioso”, silenciando (na maioria das vezes) os efeitos de sentidos pejorativos que a designação possa vir a produzir. Esse tipo de objeto discursivo também carrega as representações próprias das relações sociais que se efetivam num espaço bem determinado: o campo (a campanha) gaúcho.

É enquanto “um conjunto de modos de dizer de uma sociedade” (Nunes, 2001, p.101) – a qual podemos qualificar como “bastante fechada” –, que o dicionário de termos regionalistas funciona como um lugar de referência e de preservação do passado de glórias. Ali não estão “guardadas” apenas as palavras e as expressões da língua, ali são guardados os sentidos que “devem” permanecer. É um instrumento linguístico que trabalha para delimitar as possíveis fronteiras de uma formação discursiva bem específica, determinando o que deve e pode ser dito. Nesse sentido, estamos tratando de um discurso que, supostamente, teria sido

fundado no espaço campesino e rural do Rio Grande do Sul na época da monarquia portuguesa no Brasil e da colonização, o que aparece representado no discurso histórico oficial (que conhecemos atualmente) e que é parte constitutiva do imaginário social produzido (re-produzido) e instituído pela literatura regionalista que analisamos em tese de doutoramento (Petri, 2004), levando-se em conta que o literário é um espaço discursivo que revela um ponto de vista imaginário, urbano e civilizado “sobre” o gaúcho.

Ao compreendermos um pouco deste processo de dicionarização da linguagem regionalista em questão, vamos nos questionando cada vez mais acerca do funcionamento da noção de gramatização, proposta por Auroux, pois parece se tratar de um outro funcionamento do instrumento linguístico em questão. Não resta dúvida alguma de que estamos tratando de um dicionário, portanto, um instrumento linguístico da maior importância. O que estamos questionando é o seu funcionamento, já que ele parece surgir à revelia do processo de gramatização da língua, não apresentando como objetivo principal constituir-se como um “ pilar do saber metalinguístico”, pelo menos não no sentido entendido por nós a partir de Auroux (1992). Há uma preocupação bem específica na produção deste dicionário que movimenta seu funcionamento para os sentidos de um instrumento linguístico que seria capaz de “garantir”, de algum modo, um vocabulário “facilitador” de leituras das obras literárias, mitológicas e folclóricas que remetem ao passado de um grupo social também bem específico; e isso vem junto, mas parece ser posto de modo independente ao processo de gramatização da língua portuguesa do Brasil. Trata-se de um outro processo de produção dicionarística, pois muito embora ele faça parte da gramatização da língua portuguesa, ele tem um outro ritmo para acontecer, é um movimento a parte, com objetivos bem restritivos, com um compromisso que se estabelece com a linguagem da região, podendo inclusive ferir princípios gramaticais e normativos, sem culpa, em nome da fidelidade ao falar regional.

Este dicionário tem como base/suporte linguístico a língua portuguesa do Brasil, relacionando-se com os outros dicionários e com a gramática que lhe são próprios, mas ele também carrega em seu bojo as fortes influências da língua castelhana da região platina, por exemplo, bem como revela relações singulares com a literatura regional, o que lhe confere particularidades. Tais constatações nos levam a pensar na gramatização da língua portuguesa acontecendo de modo independente, com ou sem esse instrumento linguístico tão específico. No entanto, não podemos deixar de considerar sua importância, primeiro, para a região e, depois, para o país. Isso nos leva a constatar que todo o dicionário é instrumento linguístico; mas, ao mesmo tempo nos perguntamos: é possível que nem

todos os dicionários funcionem prioritariamente no processo de gramatização de uma dada língua? Trata-se de um dicionário regionalista da língua portuguesa, um instrumento linguístico disponível que existe pela língua portuguesa gramatizada, relacionando-se de modo muito particular com dicionários monolíngues e gramáticas, ao longo dos últimos séculos. Esta relação diferenciada deve-se também a um funcionamento especial da noção de fronteira no interior do referido dicionário, pois nele encontramos deslocamentos das fronteiras físicas que delimitam o território brasileiro e o território argentino, por exemplo; já que definir gaúcho neste instrumento linguístico é levar em conta um imaginário social que o considera como habitante da região do Prata, independente do país ou da nacionalidade deste sujeito. As fronteiras referenciais já não são mais físicas, são da ordem do simbólico, por isso mesmo vamos encontrar exemplos em língua espanhola falada na América Latina.

Outro elemento interessante de se observar neste dicionário de regionalismos é o espaço de prefaciamento. Há, na obra, uma breve e geral apresentação dos autores, além de uma apresentação (de um dito poeta regionalista) realizada por um terceiro, que destaca características dos dedicados autores, os quais, em “momento algum”, são designados como lexicógrafos, e sim reveladores de uma face da tradição gaúcha na e pela língua. Destaca-se aqui, então, outro objetivo que extrapola o de desejo de certitude, próprio ao dicionário, bem como o de controle dos sentidos sobre as palavras ou expressões, pois, nesse caso, o dicionário é elaborado como um lugar de preservação de “patrimônio linguístico-cultural”, capaz de instrumentar leitores. Trata-se de um instrumento linguístico, um objeto de consulta, sem dúvida, mas que funciona como referencial de um tradicionalismo bem específico, revelador de regionalismos, por isso mesmo não podendo ser tomado como lugar de acúmulo de saber atualizado, ou como instrumento de consulta para o falante da língua portuguesa, em sua generalidade. Ao mesmo tempo, corresponde a ele uma outra tecnologia, a gramática, que é, sim, a da língua portuguesa, ou seja, a estrutura da língua que garante o seu funcionamento é comum ou idêntica a que garante o funcionamento de outros dicionários nacionais (ou ainda outros dicionários regionais, como o de nordestinês ou de amazonês, para mencionar outros exemplos⁶).

Estamos tratando de um instrumento linguístico marcado pela especificidade de um grupo social, pela crença de que haveria uma nação imaginária (no interior de outra nação), por um imaginário coletivo que supervaloriza os costumes de outrora. A língua, nesse caso, funciona como expressão maior de um grupo social tão específico, que se identifica como diferente no interior do mesmo, dando ao dicionário um estatuto diferenciado de conservador do passado mitológico, his-

tórico e linguístico-cultural. Ao meu ver, temos ainda um instrumento linguístico que cumpre seu papel de resultado da revolução tecnológica, trabalhando a serviço da preservação e em detrimento da atualização da língua, própria dos dicionários nacionais. No entanto, não podemos tomá-lo como pilar do saber metalinguístico da língua portuguesa, de modo que é preciso dar a ele um outro estatuto. Na verdade, não identificamos a tomada de posição de um sujeito lexicógrafo produzindo o efeito de autoria, assim como não temos um falante ideal de língua portuguesa como modelo para o dicionário regionalista, mas temos as tomadas de posição do sujeito falante diante da língua que é portuguesa-brasileira-gaúcha.

Ao recorrermos aos verbetes distribuídos no dicionário de regionalismos, descobrimos que ele recupera, constantemente, traços de uma memória heroica e mitológica, que é histórica e que é literária, preservando essa memória via exemplos de textos literários regionalistas, sejam eles produzidos no Brasil ou nos outros países da região do Prata. De fato, estamos diante de dicionaristas, mas dicionaristas que assumem diferentes posições-sujeito diante da língua e de seu funcionamento. No caso do regionalismo, deparamo-nos com escritores regionalistas que também são críticos literários e que selecionam os autores gauchescos que “merecem” destaque no interior do dicionário, explicitando, assim, o funcionamento da ideologia. Trata-se de dicionaristas que tiveram como profissão a carreira poética, jurídica e jornalística, o que nos leva a reconhecer a tomada de posição pela via da interpelação. Segundo Orlandi (2002, p.105), é possível “compreender o funcionamento da ideologia, pois ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua”, possibilitando a identificação de “indícios do modo como os sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem”. Os sujeitos, além de produzirem um dicionário regionalista (tomando a posição de escritor/dicionarista), são, ainda, interpelados pela especificidade regional que os constitui e ao mesmo tempo os interroga, num empreendimento que poderíamos definir como o desejo do sujeito de controlar os sentidos que lhe escapam. Isso se daria, então, pela dicionarização, via manutenção, revelando a posição-sujeito do “guardião da língua”, desta língua imaginária, fundadora de uma nação imaginária, que pretensamente separaria “gaúchos” de “não-gaúchos” no interior do grupo social de “brasileiros”. É como se este dicionário pudesse “apreender” a linguagem regionalista que flui como o Rio Uruguai⁷, buscando a completude e a totalidade própria à ilusão de se ter uma língua imaginária, quando de fato ela é fluida (Orlandi, 2009).

Na verdade, o dicionário regionalista nos oportuniza a observação da constituição da linguagem regionalista do sul do Brasil compilada na forma da instrumentação, ou seja, ela também passa pelo processo de tecnologização, através do qual são produzidos instrumentos linguísticos especialmente concebidos como espaço de manutenção, colocando em funcionamento um imaginário de “língua regional”. Talvez mais do que isso, pois nos dá a conhecer uma forma de memória oral e popular por um trabalho de escritura, o que contribui para a historicização das ideias do sul do país, por exemplo. É por um processo, posterior ao de “gramatização” (Auroux, 1992) - propriamente dito - da língua portuguesa, por meio do qual pode-se constituir sentidos sobre os verbetes, as definições e os exemplos propostos no dicionário de regionalismos.

É por esta dicionarização que as gerações futuras, advindas desse grupo social e de outras culturas, têm acesso aos traços específicos da região sul da América Latina, fundada nos tempos da colonização e mesmo antes dela, período em que se instituíram diferentes imagens de gaúcho. Isso revela também as formas de percepção da vida em sociedade que se tinha em outros momentos históricos, em contraponto à “evolução das formas contemporâneas de percepção [que] resulta da aceleração, da velocidade, da tecnologia, consolidando a contingência, a instabilidade, a incerteza” (Haroche, 2011, p.13). Trata-se da manutenção de saberes, da manutenção de uma história (na qual ficção e realidade se misturam, pelo trabalho da invenção), da manutenção de uma identidade dita como “gaúcha”, via a especificidade linguística, cultural e literária.

Últimas considerações

Com esta reflexão, chegamos às noções de imaginário e imagens de sujeito e, sobretudo, de língua imaginária, pois é dessa ordem a ideia de que o dicionário, produzido em pleno século XX (embora resgate textos do século XIX), possa dar conta de toda uma língua e uma cultura. Da mesma forma que neste imaginário seria possível revelar a imagem de um sujeito herói, bem como seria possível “conter” os processos de produção de sentidos que se movimentam incessantemente com e sem o dicionário. Esse processo de produção dicionarística é também da ordem da invenção, da necessidade de continuidade, de estar na língua como diferente. É instigante refletir acerca do funcionamento desta ilusão constitutiva, da ilusão de que este livro – o dicionário – seja um depositário da linguagem e da cultura gaúcha, por extensão da língua e da cultura brasileira, ilusão esta que remete o leitor à possibilidade de completude da língua e da possibilidade de domínio do sujeito sobre ela e sobre os sentidos que pode/deve produzir.

É esta ideia de dicionário como depositário de uma linguagem regional, como espaço materialmente constituído, capaz de alcançar ideais de manutenção de imagens de um sujeito, bem como da língua\cultura\tradição de um grupo social que nos permite pensá-lo e defini-lo como “tesouro de um falar”, ainda que represente a tecnologização da língua e que funcione como instrumento linguístico, não é pilar de saber meta-linguístico da língua portuguesa como um todo, ele é parcial.

Então, se ele compila elementos do falar de um grupo social, a sua constituição não nos remete, necessariamente, às relações entre língua e nação. Por isso mesmo é que podemos dispor de tantos dicionários específicos: eles não funcionam no mesmo âmbito nem da mesma maneira que os dicionários bilíngües e monolíngües; eles são regionalistas e não obedecem a uma terminologia específica da lexicologia e, por isso mesmo, perdem um pouco do rigor lexicográfico, próprio aos outros dicionários já mencionados. Assim sendo, os verbetes que estão no dicionário regionalista podem ser ou não contemplados pelo dicionário nacional, já que a língua é portuguesa no e do Brasil, plena em especificidades de várias ordens, dentre as quais estão os regionalismos.

É fato, também, que é pela instrumentalização dessa linguagem regionalista que se torna viável, em muitos casos, a leitura de textos artísticos-literários produzidos sob o rótulo de “gauchescos”, pois é pelo funcionamento desta tecnologia que se dá o efeito ilusório de contensão do processo de produção de sentidos, a partir do qual o sujeito acredita estar compreendendo o que lê. Em épocas remotas (e até hoje em algumas culturas), os povos herdavam traços da língua e da cultura pela oralidade, no entanto, hoje, como se daria a conhecer esta “língua/linguagem”, esta cultura regional e as imagens deste gaúcho que também é brasileiro? Temos as canções, os causos, os mitos, as histórias, que, via literatura e via dicionário, apresentam uma parcela desta história que faz do Rio Grande do Sul parte do Brasil que se conhece (desconhece e reconhece) hoje.

Enfim, no dicionário de regionalismos é possível observar o funcionamento da noção de língua em suas relações com as formas de identificação do sujeito gaúcho com a língua que acredita ser “sua” e com o território que acredita ser “seu”. Consequentemente, com um dicionário bem específico. Se por um lado temos todo o processo de gramatização das línguas vinculado às tecnologias que instrumentam cada língua e possibilitam que cada uma delas seja ensinada e aprendida; por outro, temos a constituição de inúmeros instrumentos linguísticos que revelam outros funcionamentos. E isso nos instiga a continuar pesquisando e refletindo sobre os diferentes modos que os instrumentos linguísticos podem funcionar para contribuir em nossa compreensão dos processos de constituição de língua, sujeito e história.

Notas

1 Uma primeira versão deste texto foi apresentada em conferência proferida para alunos e professores de graduação e de pós-graduação da UNIVAS (Pouso Alegre-MG), em 29 de abril de 2011.

2 Grifo nosso.

3 Grifos do autor.

4 Cf. Análise em http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/revista_linguas_23%20e%2024.pdf. “Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul”, de Verli Petri. Acesso em 06.03.2012.

5 Grifo do autor.

6 FONSECA, 2005; FREIRE, 2011.

7 Aqui estamos fazendo alusão à metáfora do Rio Xingu, proposta em Orlandi (2009, p.18), promovendo o deslocamento geográfico para a região sul do Brasil.

Referências Bibliográficas

AUROUX, S. (2008) *A questão da origem das línguas* seguido de *A historicidade das ciências*. Trad. por Mariângela Joanelho. Campinas, SP: Editora RG.

_____. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

HAROCHE, C. (2011) “A necessidade de continuidade”. Trad. por Paula Fernanda Malaszkiewicz. In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. (Orgs.) *Leituras do político*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. p.11-27.

HORTA NUNES, J. (2008). Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias lingüísticas. *Letras (UFSM)*, v.18, n.37, p.107-124.

_____. (2006) *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp.

_____. (2001) “O espaço urbano: a “rua” e o sentido público” In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes. p.101-109.

MARIANI, B. (2008) “Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito lingüístico” In: *Letras (UFSM)*, v.18, n.37, p.19-34.

ORLANDI, E. P. (2011) “Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação” In: ZANDWAIS, A.; ROMÃO, L. (Orgs.) *Leituras do político*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. p.53-64.

_____. (2009) *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: RG Editora.

_____. (2002) *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.

PETRI, V. (2011) ““Romance das palavras” ou um dicionário diferente:

- considerações sobre a gramatização e a obra de Celso Pedro Luft” In: *Fragmentum*. Santa Maria, RS: PPGL Editores (UFSM), v.1, p.15-56.
- _____. (2010) “Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul” In: *Língua e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, SP: RG Editora. v.23/24, p.25-35.
- _____. (2009) “A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários” In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C.; MITTMANN, S. (Orgs.) *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos, SP: Claraluz, v.1, p.329-336.
- _____. (2008) “A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do gaúcho” In: *Letras*. Santa Maria, RS: PPGL Editores (UFSM), v.18, n.37, p. 227-243.
- _____. (2004) *Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Tese de Doutorado. Porto Alegre, RS: UFRGS.

Dicionários consultados

- FONSECA JUNIOR, Antonio Soares da. (2005) *Dicionário de português nordestino: nordestinês*. São Paulo: Factash.
- FREIRE, Sérgio. (2011) *Amazonês*. Expressões e termos usados no Amazonas. Manaus, AM: Valer.
- NUNES, R. C.; NUNES, Z. C. (1984) *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Martins Livreiro.

Palavras-chave: dicionários regionalistas, discurso, história das ideias

Key-words: regionalista dictionaries, discourse, history of ideas

